

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.094
Preferenciais	0
Total	632.529.094
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.416.207	2.408.205
1.01	Ativo Circulante	294.758	293.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.762	9.348
1.01.02	Aplicações Financeiras	18.608	38.783
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	18.608	38.783
1.01.03	Contas a Receber	25.194	21.172
1.01.03.01	Clientes	25.194	21.172
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.985	8.926
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.985	8.926
1.01.07	Despesas Antecipadas	241	411
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	221.968	215.143
1.01.08.03	Outros	221.968	215.143
1.01.08.03.01	Concessão do serviço publico (ativo contrato)	203.037	200.403
1.01.08.03.02	Outros créditos	18.931	14.740
1.02	Ativo Não Circulante	2.121.449	2.114.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.119.869	2.112.739
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	95.008	74.629
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.024.861	2.038.110
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	324	318
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	1.137	3.271
1.02.01.10.06	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	2.021.946	2.029.302
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	1.454	5.219
1.02.03	Imobilizado	368	386
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	368	386
1.02.04	Intangível	1.212	1.297
1.02.04.01	Intangíveis	1.212	1.297

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.416.207	2.408.205
2.01	Passivo Circulante	234.852	227.733
2.01.02	Fornecedores	3.552	7.353
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.552	7.353
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.632	2.827
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.632	2.827
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.632	2.827
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	120.997	115.523
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.154	16.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.154	16.154
2.01.04.02	Debêntures	104.843	99.369
2.01.05	Outras Obrigações	107.671	102.030
2.01.05.02	Outros	107.671	102.030
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	81.388	81.388
2.01.05.02.04	Participações de empregados e administradores	1.500	1.146
2.01.05.02.05	Encargos setoriais	2.063	2.080
2.01.05.02.07	Encargos de dívidas	1.161	606
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	1.029	912
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	4.188	3.693
2.01.05.02.10	Benefícios pós-emprego	1	1
2.01.05.02.15	Outros passivos	16.341	12.204
2.02	Passivo Não Circulante	1.190.236	1.202.356
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	607.693	604.602
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	122.583	129.715
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	74.037	129.715
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	48.546	0
2.02.01.02	Debêntures	485.110	474.887
2.02.02	Outras Obrigações	210.735	211.565
2.02.02.02	Outros	210.735	211.565
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.411	4.047
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	1.489	1.263
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	205.811	206.248
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	6	6
2.02.02.02.12	Outros passivos	18	1
2.02.03	Tributos Diferidos	353.968	347.582
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	353.968	347.582
2.02.03.01.01	Impostos e contribuições sociais diferidos	353.968	347.582
2.02.04	Provisões	17.840	38.607
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.840	38.607
2.03	Patrimônio Líquido	991.119	978.116
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	52.227	52.227
2.03.02.07	Reservas de Capital	52.227	52.227
2.03.04	Reservas de Lucros	293.364	293.364
2.03.04.01	Reserva Legal	97.654	97.654

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	195.710	195.710
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.003	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4	-4

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	41.323	55.932
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	-1.580	-89
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	42.903	56.021
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.361	-5.231
3.02.03	Pessoal e administradores	-2.798	-2.356
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-45	-38
3.02.05	Material	334	-2.047
3.02.06	Serviços de terceiros	95	-320
3.02.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-181	0
3.02.09	Custo de construção	834	-390
3.02.12	Outros	-600	-80
3.03	Resultado Bruto	38.962	50.701
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.006	-510
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.006	-510
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-524	-595
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-13	-15
3.04.02.03	Material	-206	-57
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-2.364	1.437
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-101	-9
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-2.437	0
3.04.02.07	Outras	-361	-1.271
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.956	50.191
3.06	Resultado Financeiro	-13.566	-17.570
3.06.01	Receitas Financeiras	3.837	2.013
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	3.718	1.685
3.06.01.13	Outras receitas financeiras	119	328
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.403	-19.583
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-6.036	-5.939
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-9.227	-12.725
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	-424	0
3.06.02.05	Marcação a mercado da dívida	424	0
3.06.02.08	Atualização contingência	1.875	-825
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	0	15
3.06.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-3.836	0
3.06.02.19	Outras despesas financeiras	-179	-109
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.390	32.621
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.387	-9.650
3.08.01	Corrente	0	-841
3.08.02	Diferido	-6.387	-8.809
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.003	22.971
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.003	22.971
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02	0,04

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	13.003	22.971
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.003	22.971

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.630	32.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.776	-4.335
6.01.01.01	Lucro do período	13.003	22.971
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	6.387	9.650
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	437	1.180
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-42.903	-56.021
6.01.01.05	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	9.728	17.883
6.01.01.07	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	181	0
6.01.01.08	Provisões para riscos	2.437	0
6.01.01.09	Marcação a Mercado da dívida	-424	0
6.01.01.10	Marcação a Mercado de derivativos	424	0
6.01.01.11	Amortização e depreciação	101	9
6.01.01.12	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	17	-7
6.01.01.13	Instrumento Financeiros Derivativos	3.836	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.406	37.158
6.01.02.01	Impostos a recuperar	75	-386
6.01.02.02	Consumidores e concessionárias	42.571	41.241
6.01.02.03	Cauções e depósitos vinculados	-6	-5
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	170	2.544
6.01.02.05	Outros créditos	-4.191	-5.009
6.01.02.06	Fornecedores	-3.590	-3.079
6.01.02.07	Tributos e contribuições sociais	-1.070	-378
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-792
6.01.02.09	Encargos do Consumidor	209	155
6.01.02.10	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-21.329	0
6.01.02.14	Obrigações estimadas	117	97
6.01.02.15	Outras contas a pagar	4.450	2.770
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.503	-21.858
6.02.01	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-13	-390
6.02.03	Aplicações financeiras e recursos vinculados	3.514	-21.455
6.02.05	Aplicações no imobilizado	2	-13
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.719	-5.875
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-4.038	-4.038
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-1.681	-1.999
6.03.06	Recebimento por Arrendamento Financeiro Mercantil	0	52
6.03.07	Recursos destinados a aumento de capital	0	110
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.414	5.090
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.348	8.431
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.762	13.521

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	293.364	0	-4	978.116
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	293.364	0	-4	978.116
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.003	0	13.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.003	0	13.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	293.364	13.003	-4	991.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	110	0	0	0	110
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	110	0	0	0	110
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.971	0	22.971
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.971	0	22.971
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	71.027	267.684	22.971	0	994.211

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2026 à 31/03/2026	01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	47.732	64.129
7.01.02	Outras Receitas	47.913	64.129
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-181	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.352	-2.251
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.157	-987
7.02.04	Outros	-2.195	-1.264
7.03	Valor Adicionado Bruto	43.380	61.878
7.04	Retenções	-101	-9
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101	-9
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.279	61.869
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.024	2.084
7.06.02	Receitas Financeiras	4.024	2.084
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.303	63.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.303	63.953
7.08.01	Pessoal	2.843	2.556
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.278	2.069
7.08.01.02	Benefícios	417	352
7.08.01.03	F.G.T.S.	148	135
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.672	18.367
7.08.02.01	Federais	13.671	18.366
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.785	20.059
7.08.03.01	Juros	17.403	19.583
7.08.03.02	Aluguéis	382	476
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.003	22.971
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.003	22.971

Comentário do Desempenho

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2026

Cataguases, 11 de maio de 2026 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T26) de 2026. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ milhões) (a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	179,5 ^(a)	18,3	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 9,4 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita de construção de infraestrutura	(1)	0	- 313,9	- 1,3
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	0	(0)	- 312,5	+ 0,1
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(0)	0	- 312,5	- 0,0
Receita de operação e manutenção	3	3	+ 7,3	+ 0,2
Remuneração dos ativos de concessão	43	56	- 23,4	- 13,1
Outras receitas operacionais	3	5	- 40,7	- 2,0
Total da receita bruta	48	64	- 25,3	- 16,2
Deduções da receita	(7)	(8)	- 19,6	+ 1,6
Receita operacional líquida	41	56	- 26,1	- 14,6
PMSO	(6)	(5)	+ 21,3	- 1,1
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(3)	-	-	- 2,6
Custo de construção	1	(0)	- 313,9	+ 1,2
Amortização / Depreciação	(0)	(0)	= 1005,9	- 0,1
Resultado financeiro	(14)	(18)	- 22,8	+ 4,0
Contribuição social e imposto de renda	(6)	(10)	- 33,8	+ 3,3
Lucro líquido	13	23	- 43,4	- 10,0
EBITDA	33	50	- 34,1	- 17,1
Margem EBITDA (%)	80	90	- 9,8 p.p.	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 41,3 milhões no 1T26, uma redução de R\$ 14,6 milhões em comparação ao 1T25 ocasionada pela redução da receita de remuneração do ativo de contrato que foi impactada pelas amortizações incorridas entre os períodos e a redução do IPCA no 1T26, em comparação ao 1T25.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 6,5 milhões no 1T26, um aumento de R\$ 1,1 milhão na comparação com 1T25 devido estorno de provisões constituídas para aquisições de sobressalentes no 1T25, não recorrentes em no 1T26 (R\$ 1,7 milhão).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve um aumento na despesa em R\$ 2,6 milhões, representando um aumento na despesa ocasionado principalmente pelas alterações de prognóstico de contingências.

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 1,2 milhão no 1T26 em comparação com o 1T25 devido menores gastos de reforços e melhorias de pequeno porte.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 33,1 milhões no 1T26, redução de R\$ 17,1 milhões comparado com o registrado em 1T25, ocasionado principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 13,6 milhões no 1T26, ocasionando uma redução de R\$ 4,0 milhões na comparação com 1T25, devido ao:

- (i) Aumento de receita financeira (-R\$ 2,2 milhões);
- (ii) Redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (-R\$ 3,4 milhões). Parte desses efeitos foram compensados pelo resultado negativo do SWAP.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 13,0 milhões no 1T26, redução de R\$ 10,0 milhões na comparação com 1T25 em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Principais impactos do resultado regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Total da receita bruta	53	51	+ 2,5	+ 1,3
Deduções da receita	(7)	(7)	+ 0,0	+ 0,0
Receita operacional líquida	46	44	+ 2,8	+ 1,3
PMSO	(7)	(6)	+ 23,2	- 1,3
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(3)	-	-	- 2,6
Amortização / Depreciação	(12)	(12)	+ 0,1	- 0,0
Resultado financeiro	(14)	(18)	- 22,9	+ 4,0
Contribuição social e imposto de renda	(3)	(2)	+ 117,9	- 1,8
Lucro líquido	7	8	- 6,2	- 0,5
EBITDA Regulatório	36	39	- 0,1	- 2,6
Margem EBITDA (%)	79	87	- 8,2 p.p.	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida regulatória: No 1T26, a LMTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 45,6 milhões, R\$ 1,3 milhão maior do que o registrado no 1T25 devido aos seguintes eventos:

- (i) Reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) de 5,32% (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;
- (ii) Maiores registros de AVC complementares no 1T26 (+R\$ 0,7 milhão).

PMSO: alcançou R\$ 6,8 milhões, um aumento de R\$ 1,3 milhão no 1T26 em comparação com o 1T25 em consequência de maiores gastos incorridos no 1T26 com serviços relacionados a limpeza de faixa (R\$ 1,6 milhão).

Demais despesas operacionais: No 1T26, a rubrica teve um aumento na despesa em R\$ 2,6 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelas maiores provisões de contingências ocorridas no 1T26, não recorrentes no 1T25.

Comentário do Desempenho

Amortização e Depreciação: No 1T26, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 12,0 milhões, em linha com o 1T25.

EBITDA regulatório: alcançou R\$ 36,2 milhões no 1T26, redução de R\$ 2,6 milhões abaixo do registrado no 1T25, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 13,6 milhões no 1T26, ocasionando uma redução de R\$ 4,0 milhões na comparação com 1T25, devido ao:

- (i) Aumento de receita financeira (-R\$ 2,2 milhões);
- (ii) Redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (-R\$ 3,4 milhões). Parte desses efeitos foram compensados pelo resultado negativo do SWAP.

Lucro (Prejuízo) líquido regulatório: No 1T26, a Companhia apresentou lucro de R\$ 7,2 milhões, R\$ 0,5 milhão inferior ao lucro apresentado no 1T25.

Comentário do Desempenho

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 131,4 milhões em março de 2026, frente aos R\$ 122,8 milhões registrados em dezembro de 2025.

Em março de 2026, a dívida líquida foi de R\$ 601,2 milhões, contra R\$ 596,5 milhões em dezembro de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	126	120	116
Empréstimos e financiamentos	16	16	16
Debêntures	105	99	96
Encargos de dívidas	1	1	1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	4	4	3
Não Circulante	606	599	636
Empréstimos e financiamentos	123	130	132
Debêntures	485	475	507
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(1)	(5)	(3)
Total das dívidas	733	719	752
(-) Disponibilidades financeiras	131	123	142
Total das dívidas líquidas	601	596	611

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o período findo em 31 de março de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A – linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 008/2008 – ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, composto por linhas de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

Notas Explicativas

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII – Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, a RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica		Total	Total
		RBL	RBNI	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LXTE	008/2008	169.854	9.661	179.514	170.447

2. Apresentação das informações financeiras trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

Notas Explicativas

2.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos principalmente, por caixa, depósitos bancários à vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 87,0% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	17.762	6.347
Operações compromissadas	-	3.001
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	17.762	9.348

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

Notas Explicativas

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	31/03/2026	31/12/2025
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	95.008	74.629
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	19	24
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7	21
Compromissadas	1.282	2.917
Fundo Multimercado	1.404	4.291
Fundo de Renda Fixa	11.342	20.554
Letra Financeira (LFT)	1.950	4.758
Letra Financeira (LF)	2.279	4.554
Nota de Crédito	22	55
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	303	734
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	875
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	113.616	113.412
Circulante	18.608	38.783
Não Circulante	95.008	74.629

⁽¹⁾ Inclui R\$95.008 (R\$74.629 em 31 de dezembro de 2025) referente a garantias de debêntures.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2026 equivale a 97,5% do CDI (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025)

5. Concessionárias e permissionárias

	31/03/2026	31/12/2025
Concessionárias e Permissionárias	31.175	26.972
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(5.981)	(5.800)
Total – circulante	25.194	21.172

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o período, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	17.376	15.703
Vencidos até 90 dias	4.052	1.708
Vencidos até 180 dias	663	1.255
Vencidos até 360 dias	1.590	1.291
Há mais de 360 dias	7.494	7.015
Total – circulante	31.175	26.972

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	10.096	9.589
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.011	2.503
Contribuições ao PIS e a COFINS	1	1
Outros	14	104
Total	12.122	12.197
Circulante	10.985	8.926
Não circulante	1.137	3.271

7.

Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Prejuízos fiscais	16.535	14.285
Base negativa da contribuição social	5.953	5.143
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	2.481	5.793
Contribuição social	893	2.086
Total – ativo não circulante	25.862	27.307
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(279.287)	(275.654)
Contribuição social	(100.543)	(99.235)
Total – passivo não circulante	(379.830)	(374.889)
Total líquido – passivo não circulante	(353.968)	(347.582)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	66.142	22.488	57.140	19.428
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PPECLD	5.981	2.034	5.800	1.972
Marcação a mercado – derivativos	2.733	929	(1.526)	(519)
Outras provisões	1.209	411	1.209	411
Ativo de contrato – concessão de serviço público	(1.111.711)	(377.982)	(1.100.830)	(374.282)
Provisões para contingências judiciais e administrativas	-	-	16.004	5.441
Marcação a mercado – dívida	(683)	(232)	(259)	(88)
Outras diferenças temporárias	(4.754)	(1.616)	162	55
Total líquido – passivo não circulante	(1.041.083)	(353.968)	(1.022.300)	(347.582)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	6.437
2027	8.170
2028	4.376
2029	744
2030	804
2031 a 2033	2.743
Após 2033	2.588
Total	25.862

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2026	31/03/2025
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	19.390	32.621
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais nominais	(6.593)	(11.091)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e Depósito para reinvestimento (SUDAM) ⁽²⁾	-	1.546
Incentivo fiscal – Outros ⁽¹⁾	-	33
Outros ajustes	206	(138)
Imposto de renda e contribuição social	(6.387)	(9.650)
Alíquota efetiva	32,94%	29,58%

⁽¹⁾ Refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

⁽²⁾ Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para os exercícios de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 83,34% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(176)	-	-	(140)
Energisa S/A ⁽³⁾	(660)	(159)	-	(392)
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	210	(1)
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	131	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(15)	552	(5)
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	-	126	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(25)	314	(9)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(60)	241	(20)
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(30)	63	(11)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	-	216	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	-	108	-
31/03/2026	(836)	(291)	1.961	(578)
31/12/2025	-	-	-	(504)
31/03/2025	(640)	(455)	1.835	-

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;

⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas,

Notas Explicativas

infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.;

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em 31 de março de 2026, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3º Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual ⁽²⁾	179.514

(1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

(2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no período/exercício:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	2.229.705	2.260.443
Receita de remuneração do ativo de contrato	42.903	142.760
Margem da obrigação de performance de construção	(17)	44
Receita de operação e manutenção	2.879	10.761
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	85	(219)
Receita de construção da infraestrutura	(919)	2.367
Recebimento de RAP	(49.653)	(186.451)
Saldos Finais	2.224.983	2.229.705
Circulante	203.037	200.403
Não Circulante	2.021.946	2.029.302

Notas Explicativas

10. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de Materiais ⁽¹⁾	1.473	2.716
Fornecedores de Serviços ⁽¹⁾	5.490	8.684
Total	6.963	11.400
Circulante	3.552	7.353
Não Circulante	3.411	4.047

⁽¹⁾ Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional						
Pós fixado	94.754	(4.038)	(1.681)	1.658	-	90.693
Total em moeda nacional	94.754	(4.038)	(1.681)	1.658	-	90.693
Moeda estrangeira						
Dólar	51.980	-	-	(2.092)	-	49.888
Marcação a mercado	(259)	-	-	-	(424)	(683)
Total em moeda estrangeira	51.721	-	-	(2.092)	(424)	49.205
Total	146.475	(4.038)	(1.681)	(434)	(424)	139.898
Circulante	16.760					17.315
Não circulante	129.715					122.583

	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional							
Pós fixado	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Total em moeda nacional	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Moeda estrangeira							
Dólar	-	50.000	-	(688)	2.668	-	51.980
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(259)	(259)
Total em moeda estrangeira	-	50.000	-	(688)	2.668	(259)	51.721
Total	110.998	50.000	(16.152)	(8.344)	10.232	(259)	146.475
Circulante	16.769						16.760
Não circulante	94.229						129.715

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de Swao) (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁵⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	90.693	94.754	PRÉ + 10.00%	-	out-31	Mensal a partir de mar/15	2,41%	0,00%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	90.693	94.754								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	49.888	51.980	USD + 3.54%	CDI + 0,73%	set-27	Final	4,27%	3,59%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(683)	(259)								
Total em Moeda estrangeira	49.205	51.721								
Total	139.898	146.475								

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações no período findo em 31 de março de 2026.

⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº19.

⁽³⁾ R = Recebíveis e S = Seguro

⁽⁴⁾ **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

⁽⁵⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº19);

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	-5,14%	-11,14%
CDI	3,41%	14,32%

Notas Explicativas

Vencimentos:

Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	60.661
2028	16.154
2029	16.154
2030	16.154
Após 2030	13.460
Total	122.583

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 31/03/2026
Moeda Nacional			
Pós Fixado			
TJLP	422.701	10.468	433.169
IPCA	160.277	4.879	165.156
(-) Custo com captação	(8.722)	350	(8.372)
Total ao custo amortizado	574.256	15.697	589.953
Circulante	99.369		104.843
Não circulante	474.887		485.110

	Saldos em 31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 31/12/2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	466.274	(81.056)	(4.654)	42.137	422.701
IPCA	159.432	(5.713)	(9.173)	15.731	160.277
(-) Custo com captação	(10.122)	-	-	1.400	(8.722)
Total ao custo amortizado	615.584	(86.769)	(13.827)	59.268	574.256
Circulante	89.078				99.369
Não circulante	526.506				474.887

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
Debentures 1ª Emissão ⁽²⁾	433.169	422.701	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1.00%	out-30	Semestral a partir de out/22	2,49%	R + S + B	R + S + B
Debentures 2ª Emissão	165.156	160.277	15/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	abr-36	Anual a partir de abr/23	3,17%	A	A
(-) Custos de captação	(8.372)	(8.722)								
Total	589.953	574.256								

(1) **Garantias:** A = Aval Energisa S/A

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$95.008 (R\$74.629 em 31 de dezembro de 2025).

R = Recebíveis
S = Seguro

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 31 de março de 2026 não há montante a reconhecer deste instrumento.

(3) **Condições de covenants**

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	95.333
2028	88.217
2029	87.372
2030	98.539
Após 2030	115.649
Total	485.110

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos/exercícios:

Notas Explicativas

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
TJLP		8,67%
IPCA		4,26%

13. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	207.760	208.056
Encargos Sociais	313	314
Imposto Sobre Serviços – ISS	155	130
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	52	310
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	163	265
Total	208.443	209.075
Circulante	2.632	2.827
Não circulante	205.811	206.248

(*) PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial 31/12/2025 e 31/12/2024 – não circulante	-	395	17.204	21.008	38.607	38.853
Provisões e reversões líquidas	71	(329)	-	2.695	2.437	(2.757)
Pagamentos realizados	-	-	-	(21.329)	(21.329)	(251)
Atualização monetária	6	(42)	535	(2.374)	(1.875)	2.762
Saldo inicial 31/03/2026 e 31/12/2025 – não circulante	77	24	17.739	-	17.840	38.607

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$324 (R\$318 em 31 de dezembro de 2025), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Notas Explicativas

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS objetivando a cobrança de suposto crédito tributário e pedido de compensação de tributos federais e CSLL.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
0002402-76.2014.8.14.0138	Execuções Fiscais	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 17.09.2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	14.559	14.077

Ambiental

Ação ambiental que discute ausência de licenciamento ambiental.

Principal processo:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Processo teve prognóstico alterado de provável para remoto, após cumprimento da obrigação de pagar.	-	21.008

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhista	Fiscal	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial 31/12/2025 e 31/12/2024	190	56.629	56.819	49.679
Mudança de prognóstico e valor pedido	(192)	-	(192)	186
Atualização monetária	2	1.936	1.938	6.954
Saldo inicial 31/03/2026 e 31/12/2025	-	58.565	58.565	56.819

Trabalhista

Reclamação trabalhista envolvendo discussão sobre verbas rescisórias.

Notas Explicativas

Fiscal

Ação fiscal envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
0001307-30.2019.8.14.0075	Execução Fiscal	Processo ajuizado em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	58.565	56.629

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529(R\$632.529 em 31 de dezembro de 2025) representando 632.529.094 (632.529.094 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.094
	632.529.094

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de março de 2026 a Companhia não apurou valores devido ao incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2025 o montante foi de R\$5.744 referente a redução de imposto de renda e adicionais.

Notas Explicativas

16. Receita operacional

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de construção da infraestrutura	(919)	429
Receita de remuneração do ativo de contrato	42.903	56.021
Margens da obrigação de performance de construção	(17)	8
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	85	(40)
Receita de operação e manutenção	2.879	2.682
Outras receitas	2.982	5.029
Total de receita operacional bruta	47.913	64.129
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(868)	(848)
PIS diferido	78	(211)
COFINS corrente	(4.000)	(3.904)
COFINS diferido	359	(969)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(1.992)	(2.108)
Taxa de fiscalização	(167)	(157)
Total da Deduções da receita	(6.590)	(8.197)
Receita operacional líquida	41.323	55.932

17. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do resultado do período	13.003	24.816
Média ponderada de número de ações ordinárias	632.529	667.013
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais (R\$)⁽¹⁾	0,02	0,04

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Cobertura de Seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			31/03/2026	31/12/2025
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	13
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3	3
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	654	654
Responsabilidade Civil Obras	31/07/2026	15.000	46	46
Riscos de Engenharia (RE)	31/07/2026	77.200	110	97
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	7.655	20	20
Auto-Frota	23/10/2026	1.000/veículo	1	1
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores(D&O)	05/08/2026	100.000	1	1
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	1
			849	857

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	17.762	17.762	9.348	9.348
Concessionárias e Permissionárias	2	25.194	25.194	21.172	21.172
		42.956	42.956	30.520	30.520
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	113.616	113.616	113.412	113.412
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.454	1.454	5.219	5.219
		115.070	115.070	118.631	118.631
PASSIVO	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	6.963	6.963	11.400	11.400
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	680.646	681.935	669.010	671.254
		687.609	688.898	680.410	682.654
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.188	4.188	3.693	3.693
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	49.205	49.205	51.721	51.721
		53.393	53.393	55.414	55.414

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

19.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2026,

Notas Explicativas

tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2026, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$424 reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

19.1 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	729.851	720.731
Caixa e equivalentes de caixa	(17.762)	(9.348)
Dívida líquida	712.089	711.383
Patrimônio líquido	991.119	978.116
Índice de endividamento líquido	0,72	0,73

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 11 e 12.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Notas Explicativas

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		3.552	-	-	-	3.411	6.963
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,54%	76.329	59.087	328.074	359.125	158.845	981.460
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.172	2.016	(1.454)	-	-	2.734
Total		82.053	61.103	326.620	359.125	162.256	991.157

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, e demais instalações de transmissão - DIT é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo não circulante	1.454	2.929
Total do ativo	1.454	2.929
Passivo Circulante	4.188	3.089
Total do passivo	4.188	3.089

c) Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2026, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$738.223 (R\$729.453 em 31 de dezembro de 2025), onde R\$49.205 (R\$51.721 em 31 de dezembro de 2025), estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 11 e 12.

Notas Explicativas

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou período findo em 31 de março de 2026 com redução de 5,14% sobre 31 de dezembro de 2025, cotado a R\$5,2194/USD (R\$5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2026 era de 10,12%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida designada para Fair Value Option	50.000	50.000	Moeda estrangeira	(49.274)	(51.730)
Posição ativa					
			Moeda estrangeira	49.274	51.730
Posição passiva					
Swap cambial (Derivativo)	50.000	50.000	Taxa de juros CDI	(52.008)	(50.204)
			Posição líquida swap	(2.734)	1.526
			Posição líquida da dívida + swap	(52.008)	(50.204)

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 – BOCOM BBM	9.432	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2026 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

Notas Explicativas

19.2 Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(50.000)		(46.571)	(58.032)	(69.493)
Variação da dívida			3.429	(8.032)	(19.493)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	49.274	Alta Dólar	45.845	57.306	68.767
Variação					
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(52.008)		(52.008)	(52.008)	(52.008)
Variação - Taxa de juros CDI					
Subtotal	(2.734)		(6.163)	5.298	16.759
Total líquido	(52.734)		(52.734)	(52.734)	(52.734)

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2026, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$52.734(R\$48.473 em 31 de dezembro de 2025) em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2026 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	113.616	Alta CDI	11.930	14.913	17.895
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(52.008)	Alta CDI	(5.461)	(6.826)	(8.192)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(433.169)	Alta TJLP	(39.548)	(49.435)	(59.322)
	(165.156)	Alta IPCA	(2.874)	(3.593)	(4.311)
Subtotal (2)	(650.333)		(47.883)	(59.854)	(71.825)
Total -perdas (2)	(536.717)	-	(35.953)	(44.941)	(53.930)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2027 (10,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2026, TJLP 9,13% e IPCA 1,74% ambos ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$87.890

Notas Explicativas

20. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2026 e 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2026	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	42.903	142.760
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	68	175
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	89	1.698
Arrendamento operacional – IFRS 16	-	59
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	89	1.698
Intangível – IFRS 16	-	59

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG